



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **22 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 15 de setembro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO PIB e criação de empregos desaceleram VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Montadoras recuam e aceitam acordo por IPI VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Corte de IPI é 'inconstitucional', diz Abeiva VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Pacote de montadoras deverá sair amanhã..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO Demissão de Novais expõe racha e deve dominar fórum do PMDB VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO Incentivos favorecem renováveis..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO Dólar tem 1ª alta, maior série em 12 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO Economia voltou a crescer em julho, após recuo..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O GLOBO Miriam Belchior diz que governo não trabalha com reajuste para Judiciário e VEICULAÇÃO NACIONAL	10
JORNAL DO COMMERCEIO ONLINE Reforma tributária e descentralização fiscal são temas de seminário VEICULAÇÃO NACIONAL	12
AGÊNCIA ESTADO Dilma defende o Regime Diferenciado de Contratações..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
DIÁRIO DO GRANDE ABC ONLINE Alta do IPI afetará carros importados VEICULAÇÃO NACIONAL	14
AGÊNCIA SENADO Orçamento não será alterado para atender a pressões por reajustes salariais, diz ministra VEICULAÇÃO NACIONAL	16
REVISTA CARTACAPITAL Norte e Nordeste no foco do Mercosul VEICULAÇÃO NACIONAL	18
ESTADAO.COM Política industrial ou lobby..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20
VALOR Empresas consideradas estratégicas para defesa terão isenção de impostos VEICULAÇÃO NACIONAL	21
VALOR Ritmo de criação de empregos cai em agosto, puxado pela indústria..... VEICULAÇÃO NACIONAL	23
AMAZONAS NOTÍCIAS Seminário discute novas conjunturas para a Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	24
RONDONIA DINÂMICA Lula diz que o país agora enxerga potencial de Rondônia e elogia presidente da FIERO..... VEICULAÇÃO NACIONAL	25

RADIO CBN - MANAUS

Miriam Belchior diz que não há verbas para aumentos salariais 26
VEICULAÇÃO NACIONAL

IMAGEM NEWS

Deputado pede vistas ao projeto que prorroga a Área de Livre Comércio de Guajará 27
VEICULAÇÃO NACIONAL

PT/SITE

Mercadante anuncia nova fábrica de games na Zona Franca de Manaus 28
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO PIB e criação de empregos desaceleram		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **mercado** de trabalho abriu 190,4 mil vagas formais em agosto, reflexo dos preparativos para o fim de ano. Mesmo assim, foi o pior agosto dos últimos três anos. Pesquisa do Banco Central mostra que a economia cresceu apenas 0,01% no bimestre junho-julho.

Uma desaceleração anunciada

José Júlio Senna - O Estado de S.Paulo

Estatísticas isoladas, ou referentes a períodos curtos, têm pouco significado. Quando parecem fazer parte de uma tendência, porém, a coisa muda de figura. E este talvez seja o caso dos números macroeconômicos recém divulgados. Estimado pelo Banco Central, o IBC-Br pode ser visto como a mais abrangente medida do desempenho da economia, com a vantagem de ser conhecida mensalmente. O dado de ontem sugere substancial perda de dinamismo. Nos oito meses que antecederam junho, a economia crescia a um ritmo médio anual de 4,0%. As médias móveis trimestrais de junho e julho indicam queda para 2,9% e 1,7% ao ano, respectivamente.

Ajustados pela sazonalidade, os dados do Caged revelam que, de uma geração média de 180 mil novos postos formais de trabalho (entre outubro de 2010 e fevereiro deste ano) passamos para algo ao redor de 100 mil, em junho e julho. A desaceleração observada nos **mercados** de bens e serviços parece ter atingido o **mercado** de trabalho. Embora com defasagem, este anda a reboque daqueles **mercados**.

Que acontecerá daqui por diante? Quais as chances de experimentarmos reversão do que parece ser uma bem caracterizada tendência? A nosso ver, a probabilidade é muito baixa. Em primeiro lugar, certa desaceleração da economia - comparativamente ao observado em 2010, por

exemplo - era absolutamente inevitável. Afinal, no decorrer dos últimos anos, a política econômica não tem privilegiado fatores que nos permitiriam atingir potencial de crescimento mais elevado, como investimentos em infraestrutura e capital humano. Segundo, preocupado com o descompasso entre demanda e oferta, o próprio BC já havia tomado medidas voltadas para promover tal desaceleração - parte do que se colhe agora decorre dessas medidas. Por último, muito provavelmente já chegaram ao **Brasil** os primeiros efeitos da segunda fase da grande crise internacional. Ainda não sofremos aperto de crédito, tampouco contração da demanda por nossas **exportações**. Mas o clima já é outro, como se percebe pelo recuo das bolsas, por exemplo. Entre nós, quedas de cotação de ações não costumam influenciar o consumo das famílias, mas a associação de tais movimentos com as expectativas e o humor dos empresários parece inegável. Investimentos das empresas representam parcela baixa da demanda agregada, mas tendem a ditar o rumo da economia, por causa da sua expressiva volatilidade.

Para eventualmente reverter o quadro atual duas coisas poderiam contribuir: uma política doméstica fortemente expansionista e melhora da situação internacional. A elevada taxa de inflação, bem próxima do topo da banda, não dá margem à primeira opção. Quanto ao cenário externo, quanto mais se examina o assunto, mais se percebe a enrascada em que os europeus se meteram. De fora, não podemos esperar notícia boa. A conclusão é que temos de nos preparar para uma fase ruim.

SÓCIO-DIRETOR DA MCM CONSULTORES E AUTOR DO LIVRO POLÍTICA MONETÁRIA - IDÉIAS, EXPERIÊNCIAS E EVOLUÇÃO (FGV, 2010).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Montadoras recuam e aceitam acordo por IPI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo deve anunciar amanhã o novo regime automotivo. As montadoras não queriam aceitar as contrapartidas - investimento em inovação e uso de mais peças nacionais - para terem redução de IPI, mas fecharam acordo depois que o governo ameaçou recuar.

Pacote de montadoras deverá sair amanhã

Governo teria ameaçado fabricantes que haviam se recusado a repassar corte de IPI para consumidores; setor quer combater os importados

Renata Veríssimo e Célia Froufe / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Após pelo menos quatro meses de duras negociações com o setor privado, o governo deve anunciar amanhã o novo regime automotivo. As montadoras instaladas no Brasil não queriam assumir as contrapartidas exigidas pelo Executivo federal para terem novos benefícios tributários, mas fecharam um acordo depois que o governo ameaçou voltar atrás.

Pela política industrial anunciada em agosto, as empresas teriam que investir em inovação e eficiência energética, além de aumentarem a utilização de componentes nacionais. Com isso, teriam direito à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até julho de 2016.

As montadoras, no entanto, resistiam e se recusavam a repassar uma eventual redução de IPI para o consumidor.

Sem avanço nas negociações, o governo ameaçou o setor, dizendo que faria um movimento contrário, de elevação do imposto para as montadoras que não se enquadrarem no novo regime automotivo. "Chegamos a um meio termo", garantiu uma fonte. A questão da eficiência energética, segundo outra fonte, deve ficar para outro momento. A ideia era incluir no novo regime a previsão de investimentos no desenvolvimento de veículos menos poluentes e econômicos.

Embora o anúncio já esteja programado, os termos do acordo só serão apresentados pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, hoje à tarde. A data pegou PIMentel de surpresa, já que ele estará em Belo Horizonte, acompanhando a presidente Dilma Rousseff.

Quando foi lançada a política industrial batizada de Brasil Maior, no início de agosto, as negociações em torno de medidas para estimular a produção de carros e componentes no País e coibir as importações de veículos se intensificaram. As linhas gerais preveem reduzir o IPI, entre zero e 30 pontos percentuais, para as montadoras que obedecessem às contrapartidas que serão definidas pelo governo. A alíquota de IPI varia conforme a potência dos carros: 7% para modelos populares, 13% a 15% para potência 1.0 a 2.0, e 25% para veículos acima de 2.0. Há, porém, alíquotas mais elevadas para veículos especiais

Emprego. Para garantir o quadro de trabalhadores nas montadoras nacionais, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, fez uma enfática defesa ontem ao aumento do Imposto de Importação para veículos estrangeiros: "Como tivemos um crescimento das importações muito grande, tem que subir o imposto e, se for o caso, baixar o IPI".

Lupi disse que é preciso pensar "com cuidado" nos dois casos, mas ele deixou claro que a Pasta responsável por examinar a situação é a Fazenda. "O governo tem que analisar com carinho a redução de IPI, pois não temos capacidade de concorrer em condições iguais com o mercado internacional", disse. Para ele, há indícios de que o setor está passando por uma fase complicada: aumento da compra de importados e diminuição da contratação de mão de obra junto com adiantamento de férias coletivas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Corte de IPI é 'inconstitucional', diz Abeiva		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Silvana Mautone - O Estado de S.Paulo

A Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva) classificou como "inconstitucional" a intenção do governo de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras instaladas no País que se comprometam em investir em tecnologia e no aumento do uso de componentes nacionais. "Isso é absurdo e inviável", avaliou o presidente da Abeiva, José Luiz Gandini.

O advogado tributarista Paulo Rosenthal, que trabalha para a Abeiva, disse que a medida é inconstitucional porque o IPI é um imposto de essencialidade, não de importação. "Pode-se, por exemplo, reduzir o IPI para os remédios, por eles serem considerados essenciais para a sociedade, mas não

diferenciar a alíquota do IPI dependendo da origem do produto".

Com base nessa interpretação, a Abeiva defende que o governo reduza o IPI para os automóveis de acordo com o tipo do produto.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Pacote de montadoras deverá sair amanhã		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo teria ameaçado fabricantes que haviam se recusado a repassar corte de IPI para consumidores; setor quer combater os importados

Renata Veríssimo e Célia Froufe / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Após pelo menos quatro meses de duras negociações com o setor privado, o governo deve anunciar amanhã o novo regime automotivo. As montadoras instaladas no Brasil não queriam assumir as contrapartidas exigidas pelo Executivo federal para terem novos benefícios tributários, mas fecharam um acordo depois que o governo ameaçou voltar atrás.

Pela política industrial anunciada em agosto, as empresas teriam que investir em inovação e eficiência energética, além de aumentarem a utilização de componentes nacionais. Com isso, teriam direito à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até julho de 2016.

As montadoras, no entanto, resistiam e se recusavam a repassar uma eventual redução de IPI para o consumidor.

Sem avanço nas negociações, o governo ameaçou o setor, dizendo que faria um movimento contrário, de elevação do imposto para as montadoras que não se enquadrarem no novo regime automotivo. "Chegamos a um meio termo", garantiu uma fonte. A questão da eficiência energética, segundo outra fonte, deve ficar para outro momento. A ideia era incluir no novo regime a previsão de investimentos no desenvolvimento de veículos menos poluentes e econômicos.

Embora o anúncio já esteja programado, os termos do acordo só serão apresentados pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, hoje à tarde. A data

pegou PIMentel de surpresa, já que ele estará em Belo Horizonte, acompanhando a presidente Dilma Rousseff.

Quando foi lançada a política industrial batizada de Brasil Maior, no início de agosto, as negociações em torno de medidas para estimular a produção de carros e componentes no País e coibir as importações de veículos se intensificaram. As linhas gerais preveem reduzir o IPI, entre zero e 30 pontos percentuais, para as montadoras que obedecessem às contrapartidas que serão definidas pelo governo. A alíquota de IPI varia conforme a potência dos carros: 7% para modelos populares, 13% a 15% para potência 1.0 a 2.0, e 25% para veículos acima de 2.0. Há, porém, alíquotas mais elevadas para veículos especiais

Emprego. Para garantir o quadro de trabalhadores nas montadoras nacionais, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, fez uma enfática defesa ontem ao aumento do Imposto de Importação para veículos estrangeiros: "Como tivemos um crescimento das importações muito grande, tem que subir o imposto e, se for o caso, baixar o IPI".

Lupi disse que é preciso pensar "com cuidado" nos dois casos, mas ele deixou claro que a Pasta responsável por examinar a situação é a Fazenda. "O governo tem que analisar com carinho a redução de IPI, pois não temos capacidade de concorrer em condições iguais com o mercado internacional", disse. Para ele, há indícios de que o setor está passando por uma fase complicada: aumento da compra de importados e diminuição da contratação de mão de obra junto com adiantamento de férias coletivas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Demissão de Novais expõe racha e deve dominar fórum do PMDB		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Membros da sigla reclamam de desgaste causado por escândalos. A queda de Pedro Novais do Ministério do Turismo - o terceiro peemedebista a deixar a Esplanada em dois meses - explicitou ontem o racha que atravessa o PMDB e que pode ficar mais evidente durante o fórum nacional do partido, que acontece hoje.

Após a demissão de Novais, o comando da legenda se esforçava para encontrar um discurso que neutralizasse o impacto da exoneração. Integrantes do PMDB, no entanto, admitem que o efeito negativo é inevitável:

"Claro que contaminou", reconheceu o ministro Moreira Franco (Secretaria de Assuntos Estratégicos), um dos responsáveis pela redação do texto que será distribuído aos cerca de 3.000 participantes.

O presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), reconheceu que dificilmente o caso Novais não será debatido, o que afetará o lançamento de uma agenda positiva.

Segundo ele, o partido terá 15 propostas na pauta. Entre elas, a rejeição de um novo imposto para financiar a saúde e à criação de um marco regulatório da mídia, que são bandeiras do PT.

Mas nada aplacará a divisão exposta já na manhã de ontem, quando vice-líderes se reuniram com o líder Henrique Eduardo Alves para discutir a sucessão na pasta.

Incomodados com a concentração de poder de Eduardo Alves, novatos da bancada disseram não aceitar imposições, exigindo que o nome fosse submetido à sigla.

Os peemedebistas reclamaram do desgaste sofrido após as acusações contra Novais, que tinha como padrinhos unicamente o líder e o vice-presidente Michel Temer. Só então, Eduardo Alves decidiu cobrar do ministro sua carta de demissão.

À noite, Eduardo Alves reuniu novamente os vice-líderes para afirmar que caberia à presidente Dilma a escolha do nome.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Incentivos favorecem renováveis		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Carlos Silva | Para o Valor, do Rio

O Brasil está em linha com os países mais bem colocados em produção de energia renovável no que se refere aos incentivos dados pelo governo para o crescimento dessas fontes energéticas. Essa é uma das conclusões de estudo feito pela KPMG comparando as políticas de incentivos adotadas por 15 países na produção de energia renovável.

De acordo com a análise, o Brasil adota três das dez políticas analisadas: créditos fiscais para investimentos; investimento público, empréstimos e financiamentos e licitações públicas. Esses três tipos de incentivos são adotados pela maioria dos países analisados, com destaque para os investimentos públicos, que estão presentes em todos, com exceção da Holanda.

Outros itens adotados por grande parte dos países analisados são: subsídios de capital e descontos; créditos fiscais; descontos tarifários; e certificados de energia renováveis negociados. Já quotas para portfólio de renováveis; medição de rede e pagamentos por energia produzida são usados por apenas algumas das nações analisadas.

Em termos de créditos fiscais, o ensaio destaca a adoção, no Brasil, de descontos na PIS/Cofins e ICMS nas áreas de etanol e biodiesel, não incidência de impostos como

a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) nas vendas de etanol e não incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados em equipamentos para geração de energia elétrica.

As licitações públicas são adotadas apenas por algumas nações, como Canadá, China e França, mas no Brasil o resultado tem sido positivo. Os leilões começaram a ser realizados desde a primeira reformulação do modelo elétrico brasileiro, no final da década de 1990, e ganharam força a partir do marco regulatório atual do setor, instituído no primeiro governo Lula.

O estudo destaca o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), criado em 2002 para viabilizar o crescimento de fontes alternativas como usinas eólicas, PCHs e usinas termelétricas a biomassa. "Esse benefício foi muito importante para o crescimento das fontes alternativas. Tanto que hoje as usinas eólicas já competem diretamente com hidrelétricas nas licitações públicas de energia promovidas pelo governo", destaca a sócia da área de energia da KPMG Brasil, Vânia Souza.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO <u>Dólar</u> tem 1ª alta, maior série em 12 anos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Desde a maxidesvalorização do real, em 1999, o dólar não subia tantas vezes seguidas. A moeda fechou a R\$ 1,724, na décima alta seguida. Quem viajar também gasta mais para comprar a moeda: o dólar turismo foi a R\$ 1,83

Dólar tem maior sequência de altas desde 1999

Moeda americana fecha a R\$1,724, com a 10ª valorização seguida, e chega a R\$1,83 no câmbio turismo. Bolsa sobe 1,34%

Vinicius Neder

Em mais um dia de instabilidade nos mercados internacionais, o dólar comercial emplacou ontem o décimo dia seguido de valorização, fechando a R\$1,724, no maior valor desde 29 de novembro de 2010. É a maior sequência de altas desde janeiro de 1999, quando houve a maxidesvalorização do real e o câmbio passou a ser flutuante no país. Pela primeira vez desde dezembro, o Banco Central (BC) não entrou comprando moeda no mercado à vista.

O movimento de alta também já pode ser sentido no câmbio turismo, que foi vendido ontem no Rio a R\$1,83, a maior cotação desde 10 de dezembro (R\$1,84). Um mês e meio atrás, a moeda era encontrada a R\$1,65.

Segundo especialistas, a combinação do cenário de aversão ao risco por causa da crise da dívida na Europa, com a inesperada decisão do BC de cortar em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), agora em 12%, e a medida de taxação das operações no mercado futuro de dólar ajudam a explicar o prolongado movimento. No mês, a moeda americana acumula alta de 8,22%, em nove pregões.

O dólar se valorizou ontem frente a maioria das moedas. No mês, porém, o real segue sendo a segunda moeda que mais perde para a divisa americana, entre 16 acompanhadas pela agência Bloomberg News. Apenas na Suíça o dólar subiu mais neste mês, após a definição de um piso para o franco suíço.

Segundo a economista-chefe do BNY Mellon ARX, Solange Srouf, com a queda na Selic, as aplicações de curto prazo de estrangeiros no Brasil ficam menos vantajosas:

- O retorno das aplicações na moeda brasileira está mais parecido com as de outros países.

De acordo com o diretor-executivo da NGO Corretora, Sidnei Nehme, a atuação dos bancos contribui para potencializar o ambiente internacional de aversão ao risco. Os bancos inverteram suas posições no mercado futuro e agora estão apostando mais na alta do dólar. Na terça-feira, os contratos que projetavam valorização da cotação (incluindo dólar futuro e cupom cambial) superavam os que previam queda em US\$3,018 bilhões, segundo os últimos dados disponíveis da BM&FBovespa.

Os investidores estrangeiros também vêm diminuindo suas apostas na queda do dólar. Na terça-feira, os contratos que projetavam a desvalorização da moeda superavam os que previam a alta em US\$11,813 bilhões. Na sexta-feira passada, o saldo estava em US\$15,590 bilhões, contra US\$19,5 bilhões no início de agosto.

O movimento dos bancos, diz Nehme, compensa o fluxo positivo de dólares para o país no início deste mês, segundo dados divulgados pelo BC ontem. O fluxo cambial foi positivo em US\$8,12 bilhões até o dia 9.

- Os exportadores estão mantendo o fluxo de dólares para o Brasil - diz Nehme.

Até o fim do ano, porém, Nehme prevê que o fluxo positivo de recursos para o Brasil poderá trazer o dólar de volta para baixo. Isso estaria inclusive entre as apostas do mercado, pois exportadores estão trazendo seus dólares para o país e os importadores estão adiando o pagamento dos contratos.

- Isso mostra que o mercado vê o movimento de alta como pontual - sugere Nehme.

Bolsas europeias resistem a rebaixamento de bancos

No mercado de ações, a sequência de altas do dólar ajudou a turbinar os setores exportadores, com a siderurgia à frente, segundo alguns analistas. O Ibovespa, índice de referência da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), fechou positivo em 1,34%, a 56.286 pontos.

De novo, investidores atuaram na expectativa de uma solução para o problema do endividamento da Grécia - de olho em teleconferência entre líderes de Alemanha, França e Grécia, que resultou na reafirmação da permanência dos gregos no euro.

Na Europa, as bolsas resistiram em alta, apesar do rebaixamento da nota de crédito dos bancos franceses Crédit Agricole e Société Générale pela agência Moody's. Paris avançou 1,87%. Fecharam ainda em alta Londres (1,02%), Frankfurt (3,36%) e Milão (2,69%).

As oscilações na Bovespa seguiram Wall Street, onde o Dow Jones avançou 1,27%, o S&P 500 ganhou 1,35% e o Nasdaq teve alta de 1,60%. O Departamento de **Comércio** americano divulgou dados sobre vendas no varejo, que vieram abaixo do esperado por analistas, mas não influenciaram muito.

No cenário doméstico, a disputa pelo controle da Usiminas voltou a influenciar as cotações. A agência Bloomberg News divulgou que a Nippon Steel, uma das controladoras da empresa, estaria disposta a comprar as fatias da Camargo Corrêa e do Grupo Votorantim, impedindo

a investida da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). As ações PN (preferenciais, sem direito a voto) da Gerdau avançaram 3,91%, a R\$14,36, e da Usiminas subiram 3,50%, a R\$14,36. Já a CSN PN subiu 2,35%, a R\$15,67.

A ação ON (ordinária, com voto) da fabricante de aviões Embraer foi a maior alta do Ibovespa (4,93%, a R\$11,07). A Petrobras PN subiu 0,98%, a R\$20,52, enquanto a Vale PN avançou 1,42%, a R\$42,15.

Segundo Pedro Galdi, analista da SLW Corretora, o setor de siderurgia também foi beneficiado pela alta no **dólar**, uma vez que o câmbio passa a favorecer as **exportações**. O mesmo ocorre com o setor de petróleo e mineração.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Economia voltou a crescer em julho, após recuo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mas índice do BC aponta desaceleração nos últimos 12 meses

BRASÍLIA. Depois de uma queda em junho, a economia voltou a crescer. Em julho, o índice criado pelo Banco Central (BC) para medir o nível de atividade subiu 0,46% em relação ao mês anterior. Mas, no acumulado dos últimos 12 meses, a tendência ainda é de desaceleração, com o índice em 4,52%, o menor nível desde abril do ano passado.

Para o BC, a economia dá sinais claros de desaceleração, e o cenário mais provável é de maior moderação daqui em diante. Segundo fontes do banco, há uma parada da economia mesmo com uma pequena recuperação imediata. Na análise dos técnicos, é possível perceber que o crescimento anualizado dos últimos três meses está em 2%, menos da metade do registrado nos três meses anteriores.

Para os economistas do BC, o auge da desaceleração será no próximo trimestre, quando a economia sentirá a alta dos juros do início do ano. Esse freio que fará com que a inflação volte para o centro da meta (4,5%) no fim de 2012.

No entanto, para o economista-chefe do Banco Espírito Santo (BES), Flávio Serrano, não há uma parada brusca da

economia. Nos dados divulgados ontem, ele vê uma tendência de desaceleração menos intensa que o esperado:

- A realidade é que estamos com problemas sérios com a inflação.

A presidente Dilma Rousseff disse ontem que o governo fará um esforço para que o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de bens e serviços produzidos no país) cresça 4% neste ano, ou até mais. Mas o próprio governo já revisou esse número por causa da crise global, passando a 3,8%.

- Vamos fazer um esforço para chegar a quatro, quatro e pouco. Este trimestre que fechou, nós já vimos que ele foi 0,8. O terceiro ainda vai ser um pouco baixo e nós contamos com o último trimestre para dar um ressurgimento - afirmou Dilma.

Dilma afirmou que o governo está com os investimentos em dia, o que possibilitará o crescimento. E disse não acreditar que o país seja tragado pela crise global. (Gabriela Valente e Chico de Gois)

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Miriam Belchior diz que governo não trabalha com reajuste para Judiciário e		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Legislativo em 2012

A ministra do Planejamento Miriam Belchior em foto de Andre Coelho

BRASÍLIA - A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reafirmou, na audiência da qual participa na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que o **Governo Federal** não trabalha com reajustes salariais para o Judiciário e o Legislativo em 2012. Miriam Belchior enfatizou que, num cenário econômico que deve ser adverso, em razão da crise econômica mundial, o governo optou por priorizar investimentos e geração de emprego em renda. Por isso, não incluiu reajustes ao funcionalismo, destacando que só no caso do Judiciário e do **Ministério** Público o impacto anual seria de R\$ 7,7 bilhões.

- O governo não mandará mensagem modificativa (ao orçamento), mas não se furtará ao diálogo. A proposta orçamentária foi feita num momento não tão claro de retomada da crise econômica mundial. Os problemas e efeitos da crise na nossa economia não estavam tão claros. Mas o governo fez o ajuste de R\$ 50 bilhões no início do ano. O país está bem preparado, mas não temos garantia de potencial (não) contágio. Não é a nossa aposta (o contágio da nossa economia) - disse Miriam Belchior, acrescentando:

" Decidimos garantir investimento e geração de emprego e renda, em cenário que deve ser adverso. Por isso acreditamos que não caberia reajustes do funcionalismo "

- Decidimos garantir investimento e geração de emprego e renda, em cenário que deve ser adverso. Por isso acreditamos que não caberia reajustes do funcionalismo. Só no Judiciário e MPU o impacto seria de R\$ 7,7 bilhões. A preocupação com o equilíbrio das contas e com a economia deve ser de todos os brasileiros, de todos os Poderes.

A ministra respondia a pergunta feita pelo relator da proposta de lei orçamentária de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que indagou se o Executivo pretendia mandar uma mensagem modificativa, incluindo a previsão de reajuste para o Judiciário e o Legislativo. Chinaglia enfatizou que além de não prever aumento para os dois poderes, no caso do Executivo, há previsão de apenas R\$ 1,6 bilhão, numa

folha de cerca de R\$ 200 bilhões, que seriam dados apenas pontualmente. O relator enfatizou que vem recebendo e-mails e manifestações de várias categorias.

- Farei o debate permanente, mas não prometerei o que não puder cumprir - disse o relator, depois de pedir que a ministra explicasse o porquê da não previsão de reajustes ao funcionalismo.

Chinaglia também questionou sobre a não previsão de recursos para a compensação a estados **exportadores** devido à Lei Kandir. Desde a aprovação da lei, em 1996, a União repassa recursos orçamentários como compensação a estados **exportadores** que perderam com a dispensa do **ICMS** em venda de **mercadorias** e serviços no exterior, pela implementação da política econômica federal. Mas nunca no montante que os estados entendiam que era devido. Chinaglia também citou a cobrança para que emendas parlamentares sejam realizadas pelo governo e ponderou:

- Nossa margem de manobra está pior que cobertor curto.

Miriam Belchior respondeu que o **Governo Federal** entende que, desde 2008, não tem mais obrigação de ressarcir os estados **exportadores** e que o debate se dará no Congresso:

- Desde 2008 não é mais obrigação. Entendemos que a transição já se deu. Mas esse é um debate **importante** que se faz no Congresso. Caberá a nosso relator conduzir esse debate e introduzir isso na peça orçamentária.

A palavra foi aberta a outros deputados, que questionam a ministra sobre vários pontos, como em relação à aprovação da Emenda 29, que disciplina os gastos com saúde.

Manifestantes interrompem audiência com Miriam Belchior no Congresso

Após protestarem na Câmara contra a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), manifestantes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) foram até a sala onde Miriam Belchior falava sobre o Orçamento para 2012. Um dos manifestantes conseguiu entrar e, já quase no final da apresentação da ministra, ficou gritando, paralisando

por alguns minutos a audiência realizada na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

" Olha a truculência, olha a ditadura, a agressividade dos agentes. O que é isso? "

O governo alega que um dos objetivos da Ebserh será resolver problemas na contratação de trabalhadores para os hospitais universitários. Atualmente os contratos na maioria das vezes são firmados por meio das fundações de apoio das universidades, com bases legais frágeis. Para os opositores do projeto, no entanto, o projeto significa privatização.

Um dos manifestantes, que foi retirado, gritou:

- Ministra, a Fasubra quer negociar. Trabalhadores, somos trabalhadores, ministra. Atenda os trabalhadores para negociação!

Outro manifestante, que ficou na sala, reclamou:

- Olha a truculência, olha a ditadura, a agressividade dos agentes. O que é isso?

Do lado de fora, eles continuaram protestando e pedindo negociação.

A apresentação de Miriam na CMO já terminou. Neste momento fala o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), relator da proposta orçamentária de 2012.

Ministra diz que aposentados que ganham acima do piso não terão aumento real

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que os aposentados que ganham acima do salário mínimo não terão aumento real em 2012. Eles receberão apenas a correção da inflação, como determina a lei. Em 2012, essa faixa de aposentados ganhará uma correção de 5,7% do INPC. A declaração foi dada depois que um parlamentar questionou por que o governo não repetia a fórmula usada no governo Lula, quando essa faixa de aposentados ganhou reajuste acima da inflação, referente a 80% do **PIB** do período.

Os aposentados que ganham o chamado piso previdenciário receberão o mesmo aumento dado ao salário mínimo, como previsto em lei também.

- Os aposentados (que ganham acima do salário mínimo) não ficaram de fora. Eles terão o INPC, que não é pouco - ressaltou Miriam Belchior.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Reforma tributária e descentralização fiscal são temas de seminário		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Banco Interamericano de **Desenvolvimento** (BID) promovem hoje (14), em Brasília, o seminário Federação e Guerra Fiscal. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, abre o encontro, às 9h, ao lado do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen.

Durante todo o dia, governadores, senadores, representantes dos três Poderes e acadêmicos debaterão as perspectivas para a reforma tributária e a descentralização fiscal no Brasil.

Participam do seminário os governadores Geraldo Alckmin, de São Paulo, Tião Viana, do Acre, Renato Casagrande, do Espírito Santo, e Eduardo Campos, de Pernambuco, além do ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma defende o Regime Diferenciado de Contratações		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**TÂNIA MONTEIRO E RAFAEL MORAES MOURA -
Agencia Estado**

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff aproveitou a cerimônia de abertura de seminário de gestão de compras governamentais, em Brasília, para defender o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), aprovado pelo Congresso para ser aplicado nas obras que atenderão à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 e cuja constitucionalidade está sendo questionada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. "Pregões, leilões e o próprio RDC com o preço oculto têm uma função, que é a de impedir o conluio, acerto de preços e a distribuição de lotes", justificou a presidente em seu discurso, avisando que este "é um processo absolutamente imprescindível para o Brasil".

Dilma elogiou ainda o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União por suas atuações no controle dos gastos públicos. "Somos um país que tem, no controle externo, um instrumento de "eficientização" dos gastos públicos. Eu sou testemunha desse processo em várias oportunidades. "E temos de nos preocupar muito", afirmou Dilma. "É função nossa proibir conluio, práticas que rompem com a competição, práticas monopolistas de aumento de preços", disse a presidente, reconhecendo que "o mercado não é de concorrência perfeita porque isso só se vê em livros. Ele é um mercado assimétrico, cheio de imperfeições", e passando a defender os métodos de compras governamentais.

Depois de citar as políticas de compra adotadas pela Petrobras, que considera terem sido "muito importantes" para reativar o setor da indústria naval, por exemplo, já que foi exigido que plataformas, sondas navios e equipamentos fossem adquiridos tendo por base o conteúdo local, para que as compras da empresa tivessem efeito multiplicador para outras indústrias no País, a presidente defendeu uma regra que permite que os preços nacionais possam ser maiores do que os oferecidos por empresas estrangeiras. Ela lembrou que, hoje, com as compras da Petrobras, voltamos a ser a quinta indústria naval do mundo.

A presidente salientou que "o Brasil precisa ter consciência do mercado" e passou a defender proteção para a indústria nacional. "A competitividade das empresas brasileiras pode estar sistematicamente ameaçada por condições adversas e conjunturas internacionais adversas", afirmou. Em seguida, destacou que, "por isso, no nosso programa Brasil Maior colocamos uma regra que permite que os preços brasileiros podem estar até 25% superiores para fazer face a esse tipo de competição. Esse é um instrumento de gestão, de política industrial e de política social, pois promove inclusão". Segundo ela, "o Estado brasileiro pode contribuir se tiver uma política transparente, clara e cristalina no que se refere a compras públicas".

	VEÍCULO DIÁRIO DO GRANDE ABC ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Alta do IPI afetará carros <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Leone Farias

Do Diário do Grande ABC

Rumores de que o **Governo Federal** estuda elevar o Imposto sobre Produtos Industrializados para carros **importados** e manter no patamar atual o tributo para montadoras com veículos fabricados no País, como forma de aumentar a competitividade do produto nacional, geraram fortes críticas da Associação Brasileira dos **Importadores** de Veículos.

Para o presidente da Abeiva, José Luiz Gandini, a medida, se for adotada, será um absurdo, já que os carros que desembarcam de outros países têm de arcar com Imposto de **Importação** de 35%. Ele afirma ainda que se os boatos de que a alíquota do IPI subirá para 53% se confirmarem, isso vai atrapalhar bastante a operação das filiadas da entidade.

Atualmente, para carros de 1.0 litro, as empresas têm de pagar 7% do imposto; para 1.0 a 2.0, recolhem 11% (motor flex) e 13% (à gasolina), e acima de 2.0 litros, arcam com 25%.

Gandini argumenta que os **importadores** são vistos como vilões do **mercado**, mas ele lembra que os associados da Abeiva representam parcela pequena (apenas 5,79%) das vendas totais de automóveis e comerciais leves no **mercado** nacional. Somaram 129.281 unidades comercializadas neste ano até agosto.

Grande parte (356.727 unidades) do que chegou em 2011 do Exterior veio por meio das indústrias com fábricas no Brasil.

BRASIL MAIOR - A medida de elevação do tributo para os carros vindos do Exterior seria uma das alternativas em estudo por parte do governo para o programa de regime automotivo, que daria incentivo aos fabricantes nacionais em contrapartida à ampliação do conteúdo nacional (ou seja, compras de peças feitas no Brasil), geração de empregos e investimentos em inovação.

A expectativa da Abeiva é de que o governo anuncie alguma decisão nos próximos dias.

Gandini explica que não é contra incentivos, mas que isso deveria ser direcionado a produtos com base no que oferecem de benefícios ao País. "Sou contra medidas para beneficiar as montadoras, se tivesse de existir, deveria (o eventual estímulo tributário) ser para produto que polua menos, que seja flex (bicomustível), que tenha mais itens de segurança", exemplifica o dirigente.

O advogado da Abeiva Paulo Rosenthal considera ainda que a regra do IPI, pela Constituição Federal, é de que as alíquotas são diferenciadas de acordo com a essencialidade do produto, baseada no caráter social do item. "Se for (variar) de acordo com o conteúdo nacional, será contra a Constituição", afirma.

O presidente da associação avalia ainda que é difícil controlar o índice de nacionalização. "Não tem como fiscalizar isso", avalia. Isso porque, muitas vezes, acontece de o conjunto de peças ser feito no Brasil, mas com componentes **importados**. Recente estudo do Sindicato Nacional das Indústrias de Peças e Componentes Automotores aponta que os carros nacionais, em média, têm apenas 9,5% de peças nacionais, se levado em conta o critério do preço de venda do veículo.

Depois de retração, vendas crescem 11% em agosto

As vendas de carros das 27 associadas da Abeiva (entre elas, Kia, JAC, Chery, Effa, Chana, Lifan, Land Rover, Suzuki, Chrysler, BMW e Volvo) cresceram 11,3% em agosto frente a julho, depois de dois meses de retração.

Por sua vez, na comparação com agosto de 2010, o ritmo segue acelerado. O volume de carros emplacados é 104,1 maior do que o registrado no mesmo mês do ano passado.

Apesar disso, no último quadrimestre, a entidade projeta desaceleração nas vendas mensais, por causa da retração do **mercado**, da falta de produtos e da variação

cambial - o dólar subiu do patamar de R\$ 1,60 para R\$ 1,72 nesta semana. "Deve cair de 20 mil unidades mensais para 15 mil", afirma José Luiz Gandini. A entidade

manteve a projeção de que as importadoras venderão 185 mil carros no mercado nacional.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Orçamento não será alterado para atender a pressões por reajustes salariais, diz ministra		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo não pretende alterar a proposta orçamentária de 2012 para contemplar reajuste defendido pelos servidores do Judiciário. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (14) pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) na qual falou sobre a peça orçamentária e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

A ministra explicou que o projeto orçamentário começou a ser discutido no primeiro semestre de 2011, quando ainda não estavam muito claros os efeitos da presente crise financeira internacional e suas consequências no Brasil. Como a crise ainda persiste, o governo prefere não comprometer R\$ 7,7 bilhões para atender reajuste que contemple o Judiciário e o **Ministério** Público da União (MPU).

Miriam Belchior observou que o **Brasil** está "muito bem preparado" para enfrentar a crise internacional, e que o país está ainda "mais sólido" que na crise financeira de 2008. Afirmou ainda que a equipe econômica está acompanhando com atenção a crise nos países desenvolvidos, e que as restrições orçamentárias estão em consonância com aquilo que o governo entende ser necessário - garantir investimentos que estimulem a geração de emprego e renda no país.

Saúde

Em relação à cobrança de verbas adicionais para o setor de saúde, Miriam Belchior entende que esse tema deve ser definido pelo próprio Legislativo, que no momento discute a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

A ministra disse que a criação de uma contribuição que traga mais recursos para a saúde, defendida há tempos por alguns parlamentares, enfrenta resistência da sociedade. Ela insistiu, porém, que o tema precisa ser debatido no Congresso Nacional, e que o setor, além da falta de dinheiro, enfrenta problemas de gestão.

- É possível fazer mais com o que se tem hoje. Precisamos enfrentar essa questão, ainda mais com a ascensão da nova classe média, que vai exigir esse empenho - afirmou.

Lei Kandir

Outro ponto do Orçamento de 2012 que não será alterado pelo governo, adiantou a ministra, é o que diz respeito à Lei Kandir. No projeto encaminhado ao Legislativo, a exemplo de anos anteriores, o governo não estipulou o montante destinado a compensar os estados pela perda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

Isso ocorre porque o governo entende que desde 2008 não é obrigado a cumprir com tal obrigação, explicou Miriam Belchior. A definição do montante é prevista no artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio da criação de lei complementar.

Diante das críticas pela indefinição do montante, Miriam Belchior observou que a receita dos estados e municípios também cresceu nesses últimos anos, e que não valeria a pena estender a audiência pública para discutir se o governo "compensa ou não compensa". Em sua avaliação, essa questão pode ser equacionada pelo relator do Orçamento de 2012, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

PPA

Em relação ao PPA 2012-2015, Miriam Belchior disse que o modelo do plano consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada para o planejamento governamental. Ela ressaltou que 34 conselhos nacionais de políticas públicas foram mobilizados na discussão da matéria, com a participação de 300 representantes da sociedade civil das cinco regiões do país.

O PPA 2012-2015 prevê a manutenção do crescimento econômico, das políticas educacionais, de inclusão social e produtiva, voltadas à população mais jovem, com ênfase em trabalho, ocupação e produtividade.

Miriam Belchior explicou que o plano dialoga com um momento especial vivido pelo Brasil, cuja população economicamente ativa pela primeira vez supera a população não-ativa, o que implica na redução futura da dependência de idosos e crianças pobres em relação a quem se mantém atuante no **mercado** de trabalho. Daí a importância de

programas de qualificação profissional, educação, ciência e tecnologia.

Manifestantes

A audiência pública com a ministra, que teve início às 15h, foi marcada pela presença de manifestantes que defendiam reajustes salariais na educação e nas carreiras do

Judiciário. Às 15h45, os manifestantes tentaram invadir a sala da comissão, mas foram contidos por policiais legislativos.

Paulo Sérgio Vasco / Agência Senado

	VEÍCULO REVISTA CARTACAPITAL		EDITORIA
	TÍTULO Norte e Nordeste no foco do <u>Mercosul</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As regiões Norte e Nordeste, que a cada ano vêm ganhando participação de destaque no Produto Interno Bruto Brasileiro, são **importantes** eixos comerciais no Brasil, especialmente por sua localização geográfica. A partir de quinta-feira 15 sua crescente expansão terá seu potencial explorado por meio de um intercâmbio dos Estados a integrar as regiões brasileiras com outros países membros do Mercosul.

O 1º Fórum Multilateral de Negócios no Mercosul, a ser realizado entre os dias 15 e 16 de setembro no Mar Hotel, em Recife, reunirá autoridades governamentais, empresariais e entidades do terceiro setor do Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela. O objetivo é promover negócios especificamente nessas regiões brasileiras que, "ao longo desses 20 anos de existência do bloco, não aproveitaram os benefícios da integração promovida pelo Mercosul", diz José Francisco Marcondes, presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela-Brasil. Marcondes afirma que, apesar de ser organizado pela Federação da Câmara do Comércio Venezuela-Brasil, não serão priorizados acordos bilaterais mas do Mercosul como um todo. A Venezuela, vale exprimir, ainda aguarda aprovação do senado paraguaio para ingressar no bloco.

Serão sete painéis a tratar da integração econômica e comercial, de cadeias produtivas e de integração energética. Os painéis também abordarão os seguintes temas: integração científica, tecnologia, infraestrutura, política, sustentabilidade e meio ambiente e turismo.

Em seminários e rodadas de negócios, compradores de países vizinhos serão incentivados a formar novas parcerias e a investir nas áreas de produtos e serviços locais no Norte e Nordeste.

De acordo com Marcondes, o estado do Pernambuco foi escolhido como sede para o primeiro evento devido ao seu atual crescimento econômico, o mais elevado do País. Duas outras edições já estão previstas nas regiões Norte e Nordeste.

Durante o evento será anunciado também o vencedor do Prêmio Empresarial Abreu e Lima. O prêmio enaltece

personalidades que contribuíram para a integração Brasil - Venezuela.

Veja abaixo a programação do evento

15 DE SETEMBRO de 2011

MANHÃ

8h às 9h CREDENCIAMENTO

9h ATO DE ABERTURA OFICIAL

10h30 às 12h10 PAINEL 1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL

12h10 às 12h30 PERGUNTAS

12h30 às 14h INTERVALO PARA ALMOÇO

TARDE

14h às 15h40 PAINEL 2 - INTEGRAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS

15h40 às 16h PERGUNTAS

16h às 16h30 PAUSA PARA CAFÉ

16h30 às 18h10 PAINEL 3 INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

18h10 às 18h30 PERGUNTAS

16 de SETEMBRO de 2011

MANHÃ

8h às 8h30 CREDENCIAMENTO

8h30 às 9h50 PAINEL 4 INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INFRAESTRUTURA

9h50 às 10h PERGUNTAS

10h às 11h20 PAINEL 5 INTEGRAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

11h20 às 11h30 PERGUNTAS

11h30 às 12h50 PAINEL 6 INTEGRAÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

12h50 às 13h DEBATE

13h às 14h30 INTERVALO PARA ALMOÇO

TARDE

14h às 15h40 PAINEL 7 INTEGRAÇÃO TURÍSTICA E
ESPORTES

14h30 às 18h30 RODADA DE NEGÓCIOS

Carta Capital

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Política industrial ou lobby		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, escolheu o caminho errado - e um tanto estranho - para avançar no debate sobre o poder de competição da indústria brasileira. O governo, disse ele, deveria aumentar o imposto de importação de veículos estrangeiros e reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pago pelos fabricantes em operação no País. O assunto, reconheceu, pertence à área do Ministério da Fazenda, mas, apesar desse detalhe, recomendou uma consideração cuidadosa de suas propostas. Um lobista profissional não teria sido mais enfático. Ele mencionou também a hipótese de maior taxaço de importações de outros segmentos. Ser capaz de enfrentar o produtor estrangeiro é sem dúvida uma condição não só para a criação de postos de trabalho, mas também, em primeiro lugar, para defesa dos empregos já existentes. Mas não se resolvem problemas de competitividade apenas com tributação. Além disso, não é adequado, para dizer o mínimo, o ministro Lupi invadir publicamente, com reivindicações de setores empresariais, uma área administrada por colegas seus.

Mais destoante, ainda, é a defesa de benefícios especiais para a indústria automobilística. A produção e as vendas do setor têm crescido neste ano menos velozmente que em 2010, mas, ainda assim, o desempenho das empresas tem sido claramente positivo. De janeiro a agosto foram produzidos 2,34 milhões de autoveículos, 4,4% mais que um ano antes. Os licenciamentos de veículos novos nacionais foram 2,2% mais numerosos que os de igual período de 2010. Foram licenciados 34,7% mais unidades importadas que entre janeiro e agosto do ano passado, mas esse número correspondeu a 22,4% do total de licenciamentos.

A exportação das montadoras aumentou em quantidade e a receita em dólares foi 23,1% superior à de um ano antes, segundo a associação das indústrias. Além disso, o número de empregados aumentou 8,8% de agosto do ano passado até agosto de 2011. Enfim, até agora os acordos salariais proporcionaram ganho real aos trabalhadores e novos planos de investimento foram anunciados nos últimos dias.

Sem dúvida, a concorrência internacional tem ficado mais dura, tanto pela retração de mercados quanto pelo

aumento dos custos e pela valorização do real. Comerciantes se queixam de restrições ao crédito, em consequência de limitações impostas pelo Banco Central. Mas os mesmos problemas são enfrentados por empresas de outros setores. Além do mais, alguns segmentos da indústria têm sido severamente prejudicados pela concorrência de produtores chineses. Esses fabricantes são favorecidos pelo câmbio manipulado, a formação de seus preços nem sempre é clara e, além disso, mercadorias chinesas sujeitas a barreiras têm chegado por meio de triangulações comerciais.

Os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento têm procurado enfrentar alguns desses problemas. Isso é positivo. O governo pouco tem feito, no entanto, para melhorar de forma significativa e duradoura o poder de competição da maior parte dos produtores brasileiros. Algumas medidas previstas no Plano Brasil Maior, lançado em 2 de agosto, revelaram-se inadequadas. Outras, corrigem apenas parcialmente distorções fiscais, como a retenção absolutamente injustificável de créditos tributários. Impostos e contribuições inadequados a uma economia exposta à concorrência internacional continuam pesando sobre o investimento e sobre a produção. Outros fatores, como os problemas de logística e a escassez de financiamentos de longo prazo, poderiam alongar consideravelmente a lista das desvantagens.

O descompasso entre as vendas do comércio varejista e a produção industrial é conhecido. De janeiro a julho o comércio vendeu 9% mais do que um ano antes. A produção nacional avançou muito menos. Em 18 de 20 setores pesquisados pelo IBGE, o crescimento das importações superou o aumento da produção nacional. Há um problema sério, portanto, e o governo deveria enfrentá-lo tendo em vista as condições de competição de toda a produção brasileira. Fazer lobby a favor deste ou daquele segmento é função de agentes privados, não de ministros ou de quaisquer outros funcionários.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Empresas consideradas estratégicas para defesa terão isenção de impostos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Leo

Empresas classificadas como estratégicas para a defesa nacional ganharão um pacote de incentivos, com isenção do pagamento de IPI e PIS/Cofins, segundo medida provisória em fase final de revisão na Casa Civil da Presidência. A MP, que será enviada ao Congresso nos próximos dias, complementa a decisão, divulgada com o plano **Brasil** Maior, de dar preferência a fornecedores nacionais para **Ministério**s como o da Defesa, que poderá pagar até 25% a mais nas compras dessas empresas.

Entre as empresas que o governo espera ver beneficiadas com os incentivos, estão - além das companhias de menor porte fornecedoras das Forças Armadas, como a Avibrás - gigantes como a Embraer e a Odebrecht, que criou este ano uma subsidiária só para o setor de defesa, reunindo suas participações em empresas de tecnologia aeroespacial, sistemas de segurança e construção de submarinos.

A isenção será concedida por cinco anos aos projetos de fabricação submetidos ao **Ministério** da Defesa e aprovados pelo governo. A medida provisória, elaborada por cinco **Ministérios** (Defesa, Planejamento, Fazenda, **Desenvolvimento** e Ciência e Tecnologia), estabelece que as empresas beneficiárias devem ter controle de capital nacional, instalar-se no país e se comprometer com investimento em ciência e tecnologia.

As empresas candidatas ao regime tributário especial a ser criado terão de ter brasileiros em pelo menos dois terços de seu capital e do conselho de administração, e comprovar a existência de acordo de parceria com instituição científica ou tecnológica brasileira.

Os responsáveis pela MP comparam o regime a uma "golden share", que permitirá ao governo maior controle sobre investimentos e **produção** de material de defesa, como equipamentos aéreos, navais e terrestres, de comunicação e inteligência com usos militares.

Entre os técnicos que lidam com o tema, é lembrado o exemplo da ex-subsidiária da Petrobras responsável pela **produção** de combustível sólido para o programa brasileiro de satélites, a Petroflex. Privatizada, a companhia foi vendida à Suzano e, depois, adquirida por um grupo alemão, Lanxess, que interrompeu a fabricação de um dos componentes essenciais para o combustível sólido.

Além de aumentar a competitividade das companhias nacionais existentes, o governo quer estimular empresas estrangeiras a procurar sócios nacionais para investir em transferência tecnológica nos produtos a serem fornecidos para as Forças Armadas e setores de segurança dos governos estaduais.

Os fabricantes nacionais se queixam de que os concorrentes estrangeiros são isentos de imposto, enquanto os produtores nacionais são submetidos a uma carga tributária de até 40% - que seria reduzida ou eliminada com a medida provisória a ser editada nos próximos dias.

"É uma decisão que vai mudar o perfil do modelo de negócios no setor", comemorou o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luis Carlos Aguiar. A redução da carga tributária para o setor é um "diferencial **importante**", avaliou Aguiar.

"O **mercado** de defesa no **Brasil** deve ser um dos mais abertos à participação estrangeira", comentou o executivo, lembrando que, para a venda de aviões Super Tucanos nos Estados Unidos, foi obrigado a entrar em licitação como fornecedor de uma empresa americana, autorizada a participar da concorrência governamental.

Com a aprovação do incentivo fiscal para a indústria de defesa, as empresas do setor passam a alimentar a expectativa que o governo crie uma solução para o maior obstáculo encontrado pelos fornecedores das Forças Armadas,

ou seja, a incerteza sobre a manutenção dos recursos orçamentários. O planejamento dos investimentos no setor é afetado pela descontinuidade na liberação de verbas para os

projetos. Segundo Aguiar, o contingenciamento tem afetado até recursos com empenho garantido.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Ritmo de criação de empregos cai em agosto, puxado pela indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Azelma Rodrigues, Arícia Martins e Francine De Lorenzo | De Brasília e São Paulo

O fraco desempenho da indústria brasileira reduziu o ritmo de contratações do setor. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, em agosto, a indústria brasileira abriu 35,9 mil vagas, metade dos 74,7 mil postos de trabalho criados no mesmo mês do ano passado. O ritmo de criação de vagas também caiu nos demais setores, mas de forma menos acentuada. No país todo, em agosto foram criadas 190,5 mil vagas no **mercado** formal, um número 36,4% menor que em agosto de 2010. No **comércio**, o ritmo foi 32% menor, enquanto no setor de serviços foram abertas 26% menos vagas que em agosto do ano passado.

O enxugamento na indústria, segundo o analista da Tendências Consultoria, Rafael Bacciotti, reflete as dificuldades de comercialização dos produtos, diante da concorrência dos **importados** e do menor espaço para **exportações** em decorrência da crise que atinge as economias desenvolvidas. "Com os estoques altos, não há porque ter muitas contratações", afirma.

Projetando crescimento de apenas 2% para o setor em 2011, Bacciotti estima que até mesmo a tradicional abertura de vagas para suprir a demanda das festas de final de ano - que na indústria acontece entre agosto e outubro - neste ano serão mais fracas.

Olhando para a indústria paulista, o diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini, está pessimista. Segundo ele, há o risco de a indústria

de transformação do Estado fechar 2011 com geração zero de vagas. O nível de emprego no setor em agosto ficou 1,46% acima do registrado no mesmo mês de 2010, mas recuou 0,49% na comparação com julho, já considerando os ajustes sazonais. Foi o pior resultado para o mês de agosto desde 2006, segundo a entidade. "Claramente dá para ver que temos uma mudança. Se comparamos com outros meses de agosto, há geração de empregos", comenta Francini.

Os dados do Caged, divulgados ontem pelo **Ministério** do Trabalho, mostram que em agosto o desempenho positivo do **mercado** de emprego formal foi puxado pelo setor de serviços, que criou 94.398 postos líquidos, seguido por **comércio** (44.336), indústria de transformação (35.914), construção civil (31.613), extrativa mineral (1.997) e administração pública, com criação de 1.722 vagas.

Em outro sentido, de acordo com o **Ministério** do Trabalho, serviços industriais de utilidade pública registraram demissão líquida de 36 postos, mesmo comportamento verificado no agronegócio, que perdeu 19,4 mil vagas em agosto. De janeiro a agosto, com ajustes (contratações informadas depois do prazo), o **Ministério** do Trabalho apontou a geração de 1,8 milhão de empregos formais. Nos 12 meses encerrados em agosto foram criados 2,09 milhões de empregos com carteira assinada.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Seminário discute novas conjunturas para a <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O evento contará com debatedores de diversas instituições ligadas à pesquisa, ensino e comércio do Amazonas

Da redação da Ascom

A Associação PanAmazônica e a Fundação de Defesa da Biosfera (FDB) promove o Seminário “A nova Conjuntura Nacional, Regional e Internacional – Desafios para o Modelo Zona Franca de Manaus” nesta quinta-feira (15), de 9h às 17h, no Auditório da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI).

O evento irá debater os temas: Panorama internacional, regional e nacional e implicações para o modelo Zona Franca de Manaus; Logística particularidades regionais e suas implicações para a economia do Amazonas; Os desafios para o desenvolvimento de C&T e implicações para o futuro da economia do Amazonas; e Integração regional e perspectivas para a economia do Amazonas e para o modelo Zona Franca de Manaus.

	VEÍCULO RONDONIA DINÂMICA		EDITORIA
	TÍTULO Lula diz que o país agora enxerga potencial de Rondônia e elogia presidente da FIERO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A afirmação foi feita na tarde dessa quarta-feira, 14, pelo ex-presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva, durante a concorrida solenidade de abertura da 5ª edição da Feira Internacional da Indústria de Rondônia FEIRON – Abrindo fronteiras, fechando negócios. Lula veio a Porto Velho para ministrar palestra magna no evento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) e a Construtora Camargo Corrêa.

Em seu discurso, Lula, acompanhado pelo presidente da FIERO, Denis Roberto Baú, destacou que Rondônia vive mais um momento de importância histórica com a realização da FEIRON 2011. Ele disse ainda que durante os oito anos em que governou, o país passou a enxergar Rondônia pelo grande potencial e ressaltou a importância da construção das usinas Santo Antônio e Jirau. Lula fez questão de parabenizar Denis Baú pelo empenho e trabalho em prol do fortalecimento da indústria rondoniense. “O rondoniense precisa acreditar neste Estado, mostrar sua cara para os demais estados e outros países. Rondônia está em desenvolvimento acelerado e quem ganha com isso todos os segmentos produtivos, a população, os trabalhadores e ganha também o governo estadual e municipal”, disse.

Ao final, Lula convidou aos empresários que participassem do Encontro de Comércio Exterior (Encomex) que acontece amanhã, 15, a partir das 9h00, como parte da programação da FEIRON 2011. Este evento inédito no Estado é um divisor de águas na história industrial rondoniense, e acontece com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

“Em nome da classe empresarial gostaria de compartilhar com todos a minha satisfação em receber um verdadeiro líder como o ex-presidente Lula para a abertura da FEIRON Internacional 2011”, falou o presidente da FIERO em seu breve pronunciamento. Baú frisou a singular biografia de Lula e sua trajetória de realizações que culminaram com o engrandecimento do Brasil. Baú ressaltou o elo de Lula com a

indústria, o aprendizado na escola SENAI, sua passagem por empresas industriais e os embates sindicais nos anos 1980 e 90. “Uma trajetória de vida que culminou com a presidência da República. Uma trajetória que serve de exemplo para todos nós”.

Além da Encomex, a FEIRON Internacional 2011 traz ainda o Fórum IEL de Gestão Empresarial; o Seminário da Indústria e a Rodada Internacional de Negócios. A cada edição, a Feira se consagra como palco para exposição e venda de produtos resultantes do empenho e ousadia dos empresários rondonienses e suas equipes de trabalhadores comprometidos, além da difusão de novas tecnologias de gestão e produção.

Outro momento impar da Feira vai ser a 2ª FERION Fashion, um compromisso com ascendente indústria do vestuário. Esta edição dobrou de tamanho e conta com a participação de 46 indústrias que desenvolveram com criatividade e qualidade a moda do alto verão Rondônia 2012.

A FEIRON Internacional 2011, que acontece de 14 a 17 de setembro no Pavilhão de Eventos do SESI, em Porto Velho, é uma realização do Sistema FIERO com o apoio da CNI; SENAI; SESI; IEL; Prefeitura de Porto Velho, Governo Estadual, Eletrobras - Eletronorte; Camargo Corrêa; SEBRAE; Banco da Amazônia; ABDI; Suframa; MDIC e Governo Federal.

	VEÍCULO RADIO CBN – MANAUS		EDITORIA
	TÍTULO Miriam Belchior diz que não há verbas para aumentos salariais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo a rádio CBN, em audiência na Câmara a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que não há recursos para atender todos os aumentos salariais. Mas para

prefeitos, deputados e senadores a ministra prometeu aliviar a fiscalização de pequenas obras, beneficiadas por emendas parlamentares, reduzindo as dificuldades de repasses de verbas pela Caixa Econômica Federal.

	VEÍCULO IMAGEM NEWS		EDITORIA
	TÍTULO Deputado pede vistas ao projeto que prorroga a Área de Livre <u>Comércio</u> de Guajará		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na pauta da reunião de hoje (14) da Comissão da Amazônia, o Projeto de Lei 758/11, que inclui matérias primas de origem animal e produtos de informática entre os beneficiados pelo regime especial de tributação na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim e prorroga a vigência da Área, não foi aprovado porque o deputado federal Carlos Souza (PP-AM) pediu vistas. Alegou que precisava conhecer melhor a matéria.

De autoria do deputado Padre Ton (PT-RO), o projeto já foi bastante discutido na Câmara dos Deputados. É que esta matéria foi proposta pelo ex-deputado Anselmo de Jesus e, para não ir ao arquivo, no final da legislatura, Padre Ton reapresentou o projeto.

“Lamento o adiamento da aprovação do projeto porque entendo que já foi exaustivamente discutido, mas temos de respeitar a posição do parlamentar, prevista em regimento. O que estamos defendendo, e já fizemos debate amplo com a própria comunidade de Guajará, é estender as mesmas condições fiscais dadas para as áreas de Macapá (AP) e Santarém (PA)”, explica o deputado.

O deputado se refere à inclusão de matérias primas de origem animal e produtos de informática entre os beneficiados pelo regime especial da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, além de isentar do pagamento do PIS/Pasep/Confins, Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados diversas operações de produção e importação.

Relatado pelo deputado federal Miriquinho Batista (PT-PA), também foi incluída no relatório a prorrogação da vigência da Área de Livre Comércio de Guajará, que no mês de agosto completou 20 anos de existência. “O prazo estabelecido na lei 8210, de 1992, que criou a Área, é de 25 anos, e sugerimos prorrogação pelo mesmo período”, diz Padre Ton.

Mesa Redonda

No início de julho, o mandato do deputado Padre Ton promoveu em Guajará uma Mesa Redonda com a Comissão da Amazônia e comunidade para debater o fortalecimento da Área de Livre Comércio. Na ocasião, as queixas foram muitas sobre a atuação da coordenação da Zona Franca local, sendo a principal preocupação o fato de somente haver cobranças e não investimento.

“Precisamos tornar competitiva a Área de Livre Comércio de Guajará, para alavancar o crescimento econômico do município, possibilitando gerar emprego e renda, porque o território é mais de 90% preservado, é floresta. Temos de tirar vantagem econômica desse fato, inclusive, privilegiando produtos cosméticos de origem extrativista”, afirma Padre Ton.

	VEÍCULO PT/SITE		EDITORIA
	TÍTULO Mercadante anuncia nova fábrica de games na <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro Aloizio Mercadante

Fábrica de ponta vai gerar empregos e abrir um mercado promissor no Brasil, afirmou o ministro

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou nesta terça-feira (13) que em breve será anunciada a instalação de uma nova fábrica de games na **Zona Franca**.

“É um investimento grande, **importante**, que vai gerar empregos. É uma fábrica de ponta na área de games que vai abrir um **mercado** muito promissor para o **Brasil** na **produção** de equipamentos e de games, com transferência de tecnologia”, explicou o ministro.

O ministro Mercadante participou de sessão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde defendeu uma partilha mais equilibrada dos royalties do pré-sal.

“A minha visão é que nós deveríamos alocar os recursos do pré-sal em uma poupança estratégica do **Brasil** e aplicar os resultados especialmente em educação, ciência e tecnologia porque é isso que vai criar a economia do futuro, que vai preparar o **Brasil** para uma sociedade do conhecimento, sustentável, ecológica, que vai ser a exigência do futuro. É isso que vai preparar o país para o século 21”, enfatizou.

O ministro abordou também durante a conversa com os jornalistas após a sessão diversos temas como a **produção** de chips, incentivo aos cursos de pós-graduação na área tecnológica, inclusão digital e sistema de **monitoramento** e alerta sobre as alterações climáticas.